

Alienação na escola: conceito relevante para a compreensão da socialização escolar ***

Este artigo debruça-se sobre a utilização do conceito de alienação no contexto escolar e particularmente sobre a sua relevância para a análise da escola secundária portuguesa.

1. A UTILIZAÇÃO DO CONCEITO DE ALIENAÇÃO NO CONTEXTO ESCOLAR

O conceito de alienação não é um conceito homogéneo, como aliás acontece com muitos outros conceitos no âmbito das ciências humanas e sociais. Tendo sido muito utilizado na sociologia, ciência política, filosofia, economia, psicologia, etc., isso seria por certo suficiente para impedir a sua homogeneidade. Há, no entanto, outros factores que contribuem para tal (Horton, 1977).

As concepções do conceito de alienação podem ser vistas como tendo basicamente três fontes: a tradição hegeliana e marxista, a tradição durkheimiana e a tradição fenomenológica (Barakat, 1969). Realmente, muitos estudos sobre a alienação se baseiam na noção marxista de impotência; muitos outros se baseiam na noção durkheimiana de anomia; são também múltiplos os conceitos que, na tradição que chamamos fenomenológica, traduzem essa mesma realidade.

Quer na obra de Marx quer na obra de Dürkheim, estes conceitos implicam teorias sociais completas, que explicam as relações entre uma condição e um comportamento e implicam o julgamento de uma sociedade a partir de um ideal. Não são, portanto, meras definições operacionais. Nessa medida, aproximam-se.

Mas, em Marx, a alienação representa mais um problema da legitimidade do controlo social do que da sua adequação; é um problema de poder, entendido como dominação, dimensão esta ausente da perspectiva durkheimiana de anomia. A anomia centra-se na cultura transmitida pela organização social; a alienação marxista volta-se para a hierarquia do controlo no interior da própria organização social. Neste sentido, o teor das noções de anomia e alienação é sociológico. Isto é, Marx e Dürkheim analisaram as relações entre os indivíduos e a colectividade como produto da sua acti-

* Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

** Instituto de Estudos para o Desenvolvimento.

*** Resultados preliminares de um inquérito a alunos de escolas secundárias.

vidade social, e não como características psicológicas individuais. Eles estão, no entanto, em desacordo no que respeita à natureza dessa relação. Realmente, o conceito de alienação e o de anomia têm como referentes concepções opostas de homem e de sociedade (Stoer, 1973).

A terceira fonte dos actuais estudos de alienação é a que chamámos fenomenológica. Esta perspectiva beneficiou dos contributos do existencialismo e da psicanálise e centra-se na descrição dos sentimentos e experiências humanas individuais de ansiedade, solidão, desespero, longamente descritas pelos existencialistas, que mostram a dupla impotência do homem perante si próprio e perante as condições exteriores.

As décadas de 50 e 60 assistiram ao trazer deste conceito para o âmbito das ciências da educação, concretamente para o âmbito da sociologia da educação e da psicologia social da educação.

Mas são ainda poucos os estudos que o têm utilizado, e esses fizeram-no com usos diferenciados, o que dificulta a comparação dos resultados obtidos com esses estudos. Só o futuro provará a sua utilidade na análise das situações e condutas educativas.

Podemos talvez apontar três usos predominantes do conceito no âmbito educativo. Um primeiro uso vê a alienação como explicação englobante e consequência inerente ao fenómeno educativo (Navarra de Brito, 1977; Sarup, 1977). Faz uma transposição do conceito marxista para o campo da educação. Um segundo uso pode ser entendido ao nível a que alguns chamam a psicologização do conceito de alienação (Stoer, 1973; Horton, 1977) e corresponde à operacionalização do conceito em estudos de natureza empírica, dentro do contexto escolar, quer secundário (Cohen, 1974), quer universitário (Burbach, 1972). Provavelmente, o estudo teórico mais marcante nesta linha foi o de Seeman, 1959, que identificou cinco usos do conceito de alienação, a saber, a impotência, a auto-estranheza, a ausência de normas, a ausência de sentido e o isolamento. A partir daí, alguns trabalhos utilizaram os contextos educacionais como referentes para os estudos de alienação (Netler, 1957; Dean, 1961; Burbach, 1972; Cohen, 1974).

No caso do primeiro uso pode considerar-se que se faz um estudo teórico por analogia (Sarup, 1977); o segundo uso poderia ser considerado uma pesquisa exploratória que transfere a fonte do significado às pessoas observadas.

No âmbito dos estudos educacionais há ainda um terceiro uso que se revela muito interessante, utilizado por Browning, 1961, Barakat, 1969, e Bernstein, 1975. Browning e Barakat referenciam-no como o estudo da alienação entendida como um «processo». Esta concepção integra, numa primeira etapa, a análise da estrutura social mais vasta e da estrutura institucional específica com as suas normas, como fontes de vivências e de sentimentos de alienação. Passa, numa segunda etapa, à análise da alienação como experiência individual e pessoal do aluno — é um segundo «estádio» no processo de alienação que desce das condições alienantes à maneira como elas são experienciadas (situa-se a este nível o inquirido usado neste trabalho). A passagem de um estágio ao outro não é automática. O mecanismo transicional entre estes dois estádios parece ser: (i) as percepções e avaliações por parte do indivíduo em relação à sociedade em geral e instituições em que participa (ou não participa); (ii) a ideologia, normas e valores que o indivíduo adoptou. Um terceiro estágio na alienação vista como processo situa-se ao nível comportamental.

Os sentimentos de alienação resultantes da comparação entre a realidade vivida e a «realidade ideal» podem ter diversas expressões ao nível do comportamento.

Estas vão, num *continuum*, do «isolamento» ao «conformismo», à «rebelião» (Barakat, 1969), ou, para Bernstein, 1975, da participação à alienação, passando por estádios intermédios.

Em toda esta perspectiva, a alienação é vista como uma interacção complexa de factores culturais, sociais e individuais que parecem influenciar e intervir no processo de alienação. No entanto, faz-se uma distinção clara entre os níveis social e psicológico da alienação na sociedade em geral e nas instituições sociais específicas.

2. AMOSTRA

A amostra do estudo mais amplo que empreendemos, e do qual aqui apresentamos os dados preliminares sobre a alienação, é constituída por cerca de 3000 alunos de todos os anos do unificado e do complementar de 6 escolas secundárias das regiões de Braga e Lisboa, abrangendo populações com composição social diferenciada.

Na verdade, o estudo da problemática da alienação na escola no contexto particular da escola secundária exige a tomada em consideração das características dessa população. Ora a população de alunos das escolas secundárias em Portugal é uma população que podemos caracterizar como sobreviventes. Isto é, os jovens que se inscrevem no unificado e, *a fortiori*, no complementar sobrevivem a toda a selecção escolar praticada até aí. Este simples facto, que é muitas vezes negligenciado nas análises que são feitas sobre estas populações, tem consequências consideráveis¹.

Com efeito, a sobrevivência destes jovens manifestou-se não só em momentos de selecção explícita, como em momentos de selecção implícita (caso das diferentes formas de auto-selecção). Ora as diferentes formas de selecção actuaram de maneira diferente, segundo a posição social do jovem considerado.

A análise que aqui apresentamos baseia-se nos dados preliminares de duas escolas secundárias de Lisboa (num total de 607 alunos). A escolha das duas escolas teve como critério a diferença clara da composição social dos alunos que frequentam essas escolas. Considerando como indicador o nível de instrução mais elevado dos dois progenitores (a que chamamos nível de instrução cardinal da família), claramente ressalta a enorme diferença que existe na composição dos alunos (em termos de origem social das duas escolas) (anexo, quadro n.º 1). Enquanto na escola A só 19,5% dos alunos provêm de famílias com nível de instrução cardinal não ultrapassando a escola primária, na escola B esse grupo supera os 50%. No outro extremo, a escola A tem quase metade dos alunos com um dos pais (pelo menos) a ter frequentado o ensino superior; na escola B, este mesmo grupo ultrapassa igeiramente os 10%.

Estas composições sociais vão-se traduzir em realidades escolares que já admitíamos serem diferentes. Assim, por exemplo, ao analisarmos a

¹ M. C. Alves-Pinto estudou esta problemática. Cf. *L'entrée à l'université au Portugal*, parte II.

distribuição dos alunos segundo a sua história escolar em termos de reprovação (anexo, quadro n.º 2), concluímos que: (i) a escola frequentada por jovens de estratos socioeconómicos mais desfavorecidos tem menos alunos na situação de, não sendo repetentes no ano em curso, nunca terem reprovado anteriormente; (ii) os jovens das duas escolas consideradas parecem ter estratégias de sobrevivência escolar distintas. Enquanto, na escola de estratos mais favorecidos, a probabilidade de o aluno ter tido uma repetência na sua vida escolar aumenta ao passarmos do unificado para o complementar, outro tanto não acontece na segunda escola considerada. Neste caso, a probabilidade de nem ser repetente nem nunca ter reprovado aumenta quando deixamos de considerar o unificado e estudamos o complementar. Um tal resultado só se poderá compreender admitindo que há taxas de abandono, após reprovação, particularmente elevadas na escola frequentada por maioria de jovens de famílias com maior distância à cultura escolar e que correspondem a estratos economicamente mais desfavorecidos.

3. QUESTIONÁRIO

O questionário de opiniões acerca da escola de Cohen, 1974, foi traduzido, adaptado² e utilizado como instrumento para medida da alienação na escola secundária. É uma escala Likert de nove itens organizados em três subescalas, que traduzem áreas diferenciadas da experiência individual da alienação — alienação em termos de enraizamento, de sentido e de poder.

4. CAMPO DE QUESTIONAMENTO E HIPÓTESES

A simples descrição dos valores que atingem os indicadores da alienação em termos de poder, sentido e enraizamento é um dos objectivos do presente trabalho de investigação. Na verdade, na ausência de investigações neste domínio em Portugal, e dadas as características alienantes (que a burocratização crescente da instituição escolar só vem reforçar)³, torna-se relevante a simples descrição dos indicadores considerados.

Empreendemos este estudo numa perspectiva de referenciais múltiplos e complementares da abordagem da alienação como aspecto concreto da socialização e de sucesso/insucesso da e na escola. Partimos de um conjunto de hipóteses que se apoiam quer nos trabalhos sobre a continuidade/descontinuidade simbólica entre o universo familiar e o universo escolar, quer na compreensão da lógica de sobrevivência escolar, quer na perspectiva psicológica desenvolvimentista do processo de crescimento dos jovens escolarizados.

Deixaremos uma explicitação mais pormenorizada da inter-relação dos diferentes referenciais subjacentes às hipóteses formuladas para a discussão dos resultados.

² Tradução e adaptação realizada por Hélio Alves e Júlia O. Formosinho.

³ Cf. J. Formosinho, 1984.

Neste contexto admitíamos como hipóteses:

- a) A alienação expressa pelos alunos variaria com o nível de rendimento escolar, atingindo um máximo entre os alunos com pior rendimento escolar;
- b) A alienação variaria com a origem social dos alunos;
- c) A alienação variaria com o nível escolar (unificado/complementar) frequentado, atingindo os valores mais elevados para os alunos do complementar;
- d) A alienação variaria de escola para escola. Considerando unicamente variáveis relativas a alunos, a alienação variaria com a composição social da população dos alunos que frequentam a respectiva escola.

5. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

1) A análise do quadro n.º 1⁴ põe em evidência níveis consideravelmente elevados de alienação. Na verdade, sendo a escola o contexto de socialização que explicitamente é proposto aos jovens, é de notar que estes revelam níveis expressivamente elevados de alienação escolar. Basta notar que 69,5% dos jovens inquiridos se situam nos dois escalões superiores para o índice de alienação global. Pelo contrário, é em termos de enraizamento que a alienação se revela menos intensa.

Intensidade da alienação revelada pelos alunos das escolas secundárias nas três subescalas de alienação em termos de sentido, enraizamento e poder

(QUADRO N.º 1)

Intensidade	Alienação em termos de			Total
	Sentido	Enraizamento	Poder	
Escalão máximo	17,3	7,6	37,6	13,5
Escalão médio	36,9	42,0	43,5	56,0
Escalão mínimo	45,8	50,3	18,9	30,5
Total	100,0 (600)	99,9 (600)	100,0 (600)	100,0 (600)

Baseados em análises que temos em curso, pensamos poder avançar a hipótese de que os valores particularmente baixos da alienação em termos de enraizamento serão a expressão da importância da relação com os colegas na socialização dos jovens.

2) A alienação manifestada pelos alunos não varia com o nível de rendimento escolar, infirmo assim a hipótese a) que tínhamos formulado, pois que tanto bons como maus alunos manifestam níveis semelhantes de alienação.

⁴ O total da amostra inquirida foi de 607 alunos. No entanto, nos quadros n.ºs 1 a 5 só consideramos os indivíduos que responderam às duas questões a que se refere cada quadro. Esta é a razão por que os totais variam de quadro para quadro.

Para a formulação dessa hipótese contribuiu o facto de considerarmos que um bom nível de rendimento escolar corresponde a uma certificação francamente positiva das aprendizagens reconhecidas como importantes pela escola. Daqui parecer-nos-ia decorrer que uma certificação negativa poderia favorecer o aparecimento de níveis elevados de alienação.

Intensidade de alienação global segundo o nível de rendimento escolar

(QUADRO N.º 2)

Alienação	Rendimento escolar (notas)			Total
	Negativas	Positivas (baixas)	Positivas (altas)	
Escalão máximo	16,0	11,7	11,8	13,5
Escalão médio	59,8	55,8	50,4	56,0
Escalão mínimo	24,2	32,5	37,8	30,5
Total	100,0 (219)	100,0 (240)	100,0 (127)	100,0 (586)

Temos pelo menos de verificar que a escola desenvolve sentimentos de alienação até naqueles que certifica positivamente. Poderemos retomar a questão: insucesso de quem?⁵ Dos alunos ou da escola, que se revela incapaz de constituir um quadro de socialização que favoreça um desenvolvimento social dos jovens escolarizados? Desenvolvimento esse que se traduziria em níveis de participação (em termos de sentido, de prática de poder e de sentimento de pertença) da instituição escolar.

3) A hipótese segundo a qual a alienação variaria com a origem social encontra-se infirmada na análise realizada.

Este resultado poderá encontrar explicação nas lógicas diferenciadas de sobrevivência escolar. Estamos a estudar uma população de sobreviventes a vários níveis de selecção e sabemos que os grupos com maior descon-

Intensidade de alienação global segundo o nível de instrução cardinal da família

(QUADRO N.º 3)

Alienação	Nível de instrução da família			Total
	4.ª classe	2.º/5.º ano do secundário	7.º ano da universidade	
Escalão máximo	10,5	15,2	15,7	13,5
Escalão médio	56,1	60,7	53,0	56,0
Escalão mínimo	33,4	24,1	31,3	30,5
Total	100,0 (228)	100,0 (112)	100,0 (249)	100,0 (589)

tinuidade simbólica com o universo escolar resistem menos à selecção escolar. É de admitir neste contexto que os sobreviventes dos grupos caracterizados por maior descontinuidade simbólica entre a família e a escola, uma vez que sobrevivem, sejam caracterizados por uma maior necessidade de estabelecer uma continuidade entre a representação que têm da escola/da sua atitude em relação à escola e o universo simbólico dessa mesma escola.

4) A alienação varia significativamente com o nível escolar (unificado/complementar) que o aluno frequenta e a variação encontrada é a que fora prevista na hipótese c) (quadro n.º 4). Na verdade, haveria base teórica do ponto de vista sociológico para emitir uma hipótese inversa. Isto é, o processo de selecção que está na base da sobrevivência escolar e que favorece aqueles que estão em sintonia com o universo simbólico da escola (ou pela herança cultural decorrente da sua origem social, ou pela aquisição dos códigos escolares através de uma socialização escolar prolongada) teria como consequência que os sobreviventes ao nível terminal do secundário deveriam caracterizar-se por níveis menos elevados de alienação.

Intensidade de alienação global segundo o nível escolar frequentado pelo aluno

(QUADRO N.º 4)

Alienação global	Nível escolar frequentado		Total
	Unificado	Complementar	
Escalão máximo	9,2	18,0	13,5
Escalão médio	53,9	58,2	56,0
Escalão mínimo	36,9	23,8	30,5
Total	100,0 (306)	100,0 (294)	100,0 (600)

No entanto (e aqui surge a fecundidade das referências múltiplas desta investigação), os jovens que percorrem o secundário ao nível do unificado e do complementar estão em fases diferentes do seu desenvolvimento. Ora os jovens do complementar atingiram um nível de maturidade psicológica que lhes permite não considerar a sua situação actual como um dado que se impõe, mas antes imaginar todo um conjunto de «possíveis realidades» diferentes da vivida por eles. Isto significa, entre outras coisas, que o jovem se torna capaz de uma atitude crítica perante o meio que o envolve. Esta capacidade crítica parece traduzir-se em níveis de alienação expressa mais elevada.

5) A alienação na escola, compreendida como maneira de se posicionar nesta, pode estar relacionada com a origem social dos alunos, mas desta vez pela mediação de códigos dominantes na população discente. Na verdade, se à socialização familiar se vai sobrepondo, em interacção constante, a socialização da escola, nesta destacamos dois tipos de actores: os professores e os colegas. Nós admitimos que poderia existir um efeito escola resultante da influência do grupo social dominante no grupo da população discente.

Esta hipótese foi confirmada, tendo sido encontrados níveis mais elevados de alienação na escola frequentada por jovens de origem socioeconómica mais favorecida (quadro n.º 5). Este resultado não pode ser atribuído a uma dependência (que seria afinal uma manifestação secundária da dependência primeira) da alienação com a origem social.

Na verdade, verifica-se que, controlando a origem social e o nível escolar em que o jovem está inscrito, há variações significativas da alienação em relação aos alunos da mesma origem social, conforme a escola frequentada.

Intensidade de alienação global segundo a escola frequentada

(QUADRO N.º 5)

Alienação global	Escola com		Total
	A População de estratos mais favorecidos	B População de estratos menos favorecidos	
Escalão máximo	17,7	9,1	13,5
Escalão médio	52,6	59,1	56,0
Escalão mínimo	29,7	31,7	30,5
Total	100,0 (306)	99,9 (294)	100,0 (600)

Assim, consideremos unicamente os casos extremos de origem social⁶:

- i) Os jovens de nível de instrução cardinal da família «primário»;
- ii) Os jovens de nível de instrução cardinal da família «final do secundário + superior».

Vejamos que distribuições obtemos para os jovens inscritos no complementar (quadro n.º 4).

Na base destes dados podemos afirmar que existe efectivamente um efeito escola.

É importante estudar em que é que consiste este efeito escola. Investigações ulteriores permitirão a compreensão destes dados.

CONCLUSÃO

Os resultados obtidos na análise dos dados preliminares do inquérito sobre a alienação na escola mostram que a operacionalização deste conceito se pode vir a revelar relevante na compreensão da problemática da socialização dos jovens portugueses escolarizados. Na verdade, entendendo a alienação como forma de posicionamento dos jovens no contexto social que é a escola, tentámos relacionar as estratégias de posicionamento na escola com a lógica da sobrevivência escolar.

⁶ A mesma tendência foi encontrada para o escalão intermédio, mas razões de segurança estatística levam-nos para este caso a esperar pelos dados do total da população inquirida.

⁷ Sobre este assunto ver Júlia O. Formosinho, «O desenvolvimento sócio-moral dos jovens na escola: o caso português», a publicar em *O Ensino*, Setembro de 1985.

Nesta perspectiva, fomos conduzidos a delinear a nossa investigação em referência a vários domínios das ciências sociais e humanas que se revelam complementares na abordagem do objecto de estudo em questão.

Assim, ao estudar a alienação na escola, consideramos que o jovem se situa algures numa sociedade estratificada e que é a partir dessa posição social de origem que ele se vai situar na escola. No entanto, os jovens de 13-17 anos viveram todo um processo de socialização escolar que homogeneizou, em parte, atitudes e comportamentos diversos (decorrentes de origens sociais distintas). E aí encontramos um efeito escola nítido — hipótese d) — que é mais forte do que o efeito origem social.

Intensidade de alienação global segundo a escola frequentada para cada nível de instrução cardinal da família, entre os jovens que frequentam o complementar (10/11) nas duas escolas consideradas

(QUADRO N.º 6)

Nível de instrução cardinal da família	Escola secundária	Alienação (intensidade)			Total
		Máxima	Média	Minima	
4.ª classe	Escola A	23,7	55,3	21,1	100,1 (38)
	Escola B	10,6	63,6	25,8	100,0 (66)
	Total	15,4	60,6	24,0	100,0 (104)
2.º/5.º ano do secundário	Escola A	26,7	60,0	13,1	100,0 (30)
	Escola B	7,7	65,4	26,9	100,0 (26)
	Total	17,9	62,5	19,6	100,0 (56)
7.º ano do sec. + universidade ..	Escola A	25,6	54,7	19,8	100,0 (86)
	Escola B	9,5	54,8	35,7	100,0 (42)
	Total	20,3	54,6	25,0	99,9 (128)

A: escola frequentada por maioria de alunos de grupos sociais favorecidos.
B: escola frequentada por maioria de alunos de grupos sociais desfavorecidos.

Mas este processo de socialização é vivido por jovens que estão em vias de adquirir maior maturidade como pessoas. Assim, o aumento de alienação revelado pelos jovens em fase mais adiantada do seu desenvolvimento deverá ser compreendido em termos: i) de análise das organizações sociais, no sentido lato, e no sentido específico da análise da organização escolar; ii) do estágio de desenvolvimento psicológico do aluno.

A análise dos dados preliminares do inquérito à alienação salienta a relevância da utilização do conceito no contexto escolar português. Esperamos, a partir da análise detalhada dos resultados globais, vir a elaborar conclusões sobre o perfil do aluno que se situou: a) ao nível máximo de alienação; b) ao nível mínimo de alienação.

O conjunto de perguntas que integravam o inquérito permitirá também aprofundar a relação entre o desenvolvimento do *self* e a alienação.

Em trabalhos ulteriores esperamos vir a dar um contributo para respostas a perguntas como: terá a experiência subjectiva de alienação outros aspectos? Em que formas comportamentais se traduz essa experiência? Qual a etiologia da alienação vivida pelos alunos na escola secundária portuguesa?

BIBLIOGRAFIA

- Alves-Pinto, M. C., *L'entrée à l'université au Portugal: essai d'approche systématique en éducation*, Tour, Thèse Doctorat d'État, 1983.
- Barakat, H., «Alienation: a process of encounter between utopia and reality», in *British Journal of Sociology*, 1969, pp. 1-10.
- Bernstein, B., *Class, Codes and Control*, vol. 3, *Towards a Theory of Educational Transmissions*, Londres, Routledge and Kegan Paul, 1975.
- Britto, L. N., «L'école: éducation et aliénation», in *Perspectives*, vol. VII, n.º 3, 1977.
- Browning, C., e outros, «On the meaning of alienation», in *American Sociological Review*, n.º 26, 1961, pp. 780-781.
- Burbach, H. J., «The development of a contextual measure of alienation», in *Pacific Sociological Review*, 1972.
- Cohen, L., «Labelling and alienation in a British secondary school», in *Educational Review*, n.º 26, 1974.
- Dean, D. C., «Alienation: its meaning and measurement», in *American Sociological Review*, n.º 26, 1961.
- Formosinho, J., «A renovação pedagógica numa administração burocrática e centralizada», in *O Ensino*, revista galaico-portuguesa de sociopedagogia e sociolinguística, n.os 7-10, 1984.
- Formosinho, Júlia O., «O desenvolvimento sociomoral dos jovens na escola: o caso português», in *O Ensino*.
- Horton, J., «The dehumanization of anomie and alienation: a problem in the ideology of Sociology», in *The British Journal of Sociology*, vol. XV, n.º 4, 1964, pp. 283-300.
- Netter, G., «A measure of alienation», in *American Sociological Review*, n.º 22, 1957.
- Pires, E. L., «Não há um, mas vários insucessos», in *Jornal de Notícias* de 4 de Janeiro de 1985, série «Insucesso Escolar em Questão».
- Sarup, M., «Alienação e ensino», in *Marxismo e Educação*.
- Seeman, M., «On the meaning of alienation», in *American Sociological Review*, 1959, n.º 24, pp. 783-791.
- Stoer, S. R., «Alienation: destruction of a concept», artigo policopiado, 1973.

ANEXOS

Composição social das populações dos alunos por escolas secundárias

(QUADRO N.º 1)

Nível de estudos cardinal da família	Escola secundária	
	A	B
4.ª classe (ou menos)	19,5	53,4
Ensino secundário (curso geral)	18,2	20,9
Ensino secundário (curso complementar)	17,3	13,1
Curso superior (completo ou incompleto)	43,3	11,1
NR	1,7	1,5
Total	100,0 (309)	100,0 (298)

A: escola frequentada por maioria de alunos de grupos sociais favorecidos.

B: escola frequentada por maioria de alunos de grupos sociais desfavorecidos.

História em termos de reprovação dos alunos do unificado e do complementar das escolas secundárias

(QUADRO N.º 2)

Nível escolar: história em termos de repetência	Escola			
	A		B	
	Unificado	Complementar	Unificado	Complementar
Repetente com reprovações anteriores	7,3	3,9	19,4	8,7
Repetente sem reprovações anteriores	8,6	3,9	14,4	6,5
Não repetente com reprovações anteriores	19,2	36,5	27,5	37,0
Não repetente sem reprovações anteriores	62,9	55,1	35,6	46,4
NR	2,0	0,6	3,1	1,5
Total	100,0 (153)	100,0 (156)	100,0 (160)	100,1 (138)

A: escola frequentada por maioria de alunos de grupos sociais favorecidos.

B: escola frequentada por maioria de alunos de grupos sociais desfavorecidos.